



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Nº. 037/2024**

*(Plenária Presencial)*

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

**CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Francyne Rosa, **CEA**; e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**.

**CONSELHEIROS DO GOVERNO:**

Guilherme Furh, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**;

**DEMAIS PRESENTES:**

Íris Cândido, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

**PAUTA:**

**1. Abertura;**

**2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;**

**3. Informes.**

31 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

32 **1. ABERTURA;**

33 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
 34 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, boa tarde, gente, iniciando. Vamos  
 35 para as resoluções primeiro? Pode ser? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus**  
 36 **de Praga:** O nome é **FUNDAÇÃO IRMÃO JOSÉ OTÃO**. Fica incubado ali na PUC. Eles  
 37 encaminharam as documentações para fazer o registro e a inscrição do Potencialize e se  
 38 encaixou, então, como SARA. É um programa que eles executam com adolescentes, com  
 39 jovens, e é voltado para o mercado de trabalho. Eles também são uma instituição articuladora  
 40 de jovem aprendiz. Eu tinha solicitado a alteração de alguns documentos porque eu não tinha  
 41 entendido, tinha uma declaração, um comprovante de residência, de que o presidente residia  
 42 dentro da PUC, um dos irmãos. E eu não entendi isso e pedi um novo comprovante de  
 43 residência. O Paulinho me explicou que é um irmão daquelas congregações e ele mora  
 44 realmente dentro da PUC, mas me chamou a atenção que o comprovante de residência dele  
 45 era o mesmo da instituição. Mas, então, ok. Ficou faltando só eles mandarem o formulário,  
 46 aquele primeiro requerimento, o anexo, porque eles mandaram na folha timbrada deles ao  
 47 invés do formulário do CMDCA. Fizemos a visita hoje de manhã, então, conhecemos a  
 48 Raquel, que coordena o serviço lá, e nos mostrou toda a estrutura. A estrutura deles, assim,  
 49 funciona como hub também de outras, de outros projetos da PUC. E acho que foi bem  
 50 interessante, assim, conhecer. E é uma coisa que o Paulinho falou bastante, assim, para essa  
 51 moça, a Raquel, que coordena, que esse projeto é nada divulgado. Então, ela mesma disse que  
 52 eles não conseguem atingir tanto o público que realmente mais precisa, que a gente não  
 53 conhecia. E é um projeto que parece ser bem interessante. Eles fazem também feiras com  
 54 empresas para articular, então, para conectar os jovens e jovens aprendizes. Então, é  
 55 interessante o serviço deles. O funcionamento, né, dele lá, é in loco ou também agendado na  
 56 própria, no próprio local da PUC ali que eles executam em parceria com as instituições. A  
 57 estrutura deles lá é bem legal, assim, eles têm uma estrutura bem interessante de salas, de  
 58 atendimento, psicólogo, assistente social. Então, a princípio, o nosso parecer é favorável para  
 59 o registro e inscrição de SARA deste Potencialize que eles estão solicitando. **Carolina**  
 60 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
 61 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eles também têm aprendizagem? **Paulo Francisco**  
 62 **da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não. Eles têm a  
 63 articulação da aprendizagem. É que é tipo assim, ele vai nas instituições formadoras e dá uma

64 parte do projeto, tipo educação financeira. Então, ele vai nas instituições ou as instituições  
65 podem levar os jovens lá. Mas ele não tem o programa de aprendizagem. **Eduarda Roos**  
66 **Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Ele não é uma instituição formadora. Ele é  
67 uma instituição que complementa, ou vem dentro do SARA, e ele faz um apoio à instituição  
68 formadora. É como se fizessem imersão, eles vão num dia da semana e ficam a manhã e a  
69 tarde e fazem a capacitação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**  
70 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida,  
71 pessoal? Podemos colocar em votação? Em votação, quem é favorável, favor levantar a mão.  
72 Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Próximo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena**  
73 **Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O SEI é 24.0000098094-0. É o  
74 **INSTITUTO OTTO KEPLER**. Então, é uma organização nova aqui em Porto Alegre, fica  
75 ali próximo ao Iguatemi. Então, eles trabalham com assessoramento e capacitação para as  
76 organizações da sociedade civil, especialmente que trabalham com criança e adolescente.  
77 Então, ele dá esse assessoramento. Tem o espaço adequado lá, né? Tem um miniauditório,  
78 onde ele recebe as organizações. Então, eles promovem também seminários de capacitações  
79 para os dirigentes e também para os trabalhadores dessas organizações da sociedade civil, sem  
80 fins lucrativos. E promove também esse curso, né, com os dirigentes e quem administra na  
81 organização. A gente foi recebido pela presidente Cleusa Mariana, que apresentou lá o espaço,  
82 o auditório. A gente pediu também para que elas divulguem mais esse trabalho. Solicitamos,  
83 convidamos eles para ir lá no Fórum das Entidades. Então, eles querem trabalhar com as  
84 organizações, tipo aquelas que querem o registro no CMDCA, no CMAS, ou também depois  
85 aquelas que querem captar recursos. Então, eles vão fazer essas formações, especialmente  
86 essas pequenas. Então, ela pediu também inscrição para o atendimento indireto, de  
87 assessoramento e capacitação. E a comissão é de parecer favorável ao registro e à inscrição  
88 desta organização. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
89 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida? Então,  
90 em votação, quem é favorável, por favor, levantar a mão. Ok. **APROVADO POR**  
91 **UNANIMIDADE**. Próximo? **Francyne da Rosa, CEMME:** Nós temos um processo da  
92 **FUNDAÇÃO O PÃO DOS POBRES**. O número do SEI é 22.0.000077887-0. No ano  
93 passado, então, a Fundação enviou um ofício para a Secretaria pedindo a alteração do nome  
94 do projeto. E aí, então, nós fizemos um despacho na Comissão de Políticas, encaminhando  
95 este novo nome do projeto. O nome é "Projeto desenvolvimento de serviços, programas e

projetos de formação continuada a e serviços a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social". Esse era o nome. Para alterar para "Projeto de manutenção dos programas sociais da entidade". E aí, então, foi feito um despacho naquele momento, lá em 2023, e foi pedido, então, que a gente faça essa leitura hoje, porque já foi alterado no sistema, mas precisa a alteração, precisa a aprovação, visando a emissão da resolução e do certificado de adequação. Precisa passar por aqui essa solicitação para aprovar, para fazer essa troca na emissão da resolução e certificado de adequação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Para trocar o nome. Alguma dúvida? Então tá. Quem está favorável, por favor, levantar a mão. Ok. **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO.** **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Vou começar pelo processo 22.0.000079203-2 do **INSTITUTO POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA**, o Projeto Escola Despertar. A instituição encaminhou um ofício solicitando revisão do percentual de retenção, porque houve um equívoco na análise sobre essa retenção, determinada como 10% para o projeto Escola Despertar, visto que a OSC Instituto Pobres Servos da Divina Providência enquadra-se em atendimento direto e, conforme o artigo 14 da resolução, será repassado para a OSC o percentual dos recursos captados, considerando o seguinte critério: nos projetos de atendimento direto para despesas em manutenção e ação continuada, o repasse será de 95%. Então, a gente encaminha aqui para a plenária, para votação, o ajuste da retenção de 10% para 5%. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Alguma dúvida? Não. Em votação. Quem é favorável, favor levantar a mão. Ok. Uma abstenção. **APROVADO COM ABSTENÇÃO.** **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** O processo próximo é o número 23.0.00006030-7, do **INSTITUTO DO CÂNCER INFANTIL**. Então, a instituição encaminhou um ofício para o Conselho solicitando o ajuste de encargos nos valores de salário de alguns profissionais, e aqui eles citam como justificativa, vou ler conforme está o ofício. Os aumentos de cargos e salários citados nos apontamentos abaixo são decorrentes de dissídios da categoria, bem como crescimento de carreiras horizontais e ou verticais, seguindo a política de cargos e salários da instituição. Salientamos, porém, que os valores que constam tanto no projeto quanto no plano de trabalho compreendem a valores de salários médios líquidos, sendo assim, variam de acordo com o profissional ativo na época do envio do plano de trabalho, não necessariamente resultando em aumento de salário, e sim no reflexo dos descontos dos benefícios optados por

cada colaborador. Tais variações não impactam na execução do objeto e objetivos do projeto. Por que estamos trazendo? Eu vou ler depois aqui os percentuais, mas por que estamos trazendo esse processo para a plenária? Porque os valores de diferença dos salários, eles têm um percentual bem alto. Então, são 60%, 26%. Tem um salário que dobrou, teve um aumento de 103%, 56%. Então, a gente entendeu que não caberia que a comissão de finanças sozinha fizesse essa análise. Trazemos para vocês para a gente poder debater. Eu vou ler os cargos que a gente recebeu. O aprendiz teve um aumento de 62,7%, ele passou de 456 no plano inicial para 742,22. Assistente administrativo, um aumento de 19,5%, passando de 2.542,20 para 3.039,66. Assistente de RH, aumento de 21,4%, passou de 2.553,08 para 3.099,46. Assistente de secretaria, um aumento de 11,9%, passou de 1.995,48 para 2.232,52. Assistente de comunicação, 26,8% de aumento, passou de 1.722,30 para 2.183,60. Auxiliar de RH, 103,6%, passou de 1.469,20 para 2.991,42. Auxiliar de secretaria, um aumento de 15,6%, de 1.675,12 para 1.936,57. Auxiliar de serviços gerais, 46% de aumento, de 1.175,41 para 1.711,92. E, por último, analista administrativo, um aumento de 56,9%, passando de 2.542,20 para 3.988,88.

**Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** O que eles justificam o tamanho do aumento?

**Francyne da Rosa, CEMME:** Era o dissídio. Eles disseram que, no inicial, eles fazem um valor de salário médio líquido, que daí eles dizem que é decorrente de dissídio da categoria, crescimento de carreira horizontal e vertical, seguindo a política de cargos e salários da instituição. Sinceramente, eu não achei, pode ser 100%, mas era R\$ 400. Pensando em 2 anos, que é a carta, não é a carta de 2 anos? Não é tanta coisa. Alguns estavam abaixo do salário mínimo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E eu acho que a gente tem que pensar também que, no passado recente, o inverso aconteceu. E a gente não fez esse debate e nem considerações quando várias instituições exoneraram funcionários e técnicos e depois contrataram por valores menores. Aconteceu na rede. E em várias instituições, inclusive de grande porte. Eu acho que a gente teria que saudar essa atitude dessa instituição, que é o Instituto do Câncer Infantil, e valorizar que as instituições possam fazer a busca dos recursos para aplicar os projetos nos territórios da cidade, mas também respeitar os valores das categorias e dos quadros, sejam provisórios para esse início, meio e fim do projeto, ou mesmo aqueles que vão permanecer ao longo da trajetória da própria instituição. Eu apoio essa mudança. Eu achava que era uma coisa de direção, de coordenação geral, não achava que era do corpo funcional. Se é assim, eu acho que a conta é a ponta.

**Francyne da Rosa, CEMME:** Para esse caso específico, a gente vota a favor. Agora, a

questão é a gente criar uma regra de como que a gente vai ver, porque estão vindo outros e  
 vão vir muitos outros ainda. E quando pode acontecer de ser cargos de diretoria com valores  
 muito maiores. Então, qual que vai ser a nossa regra? Pela justificativa da instituição tem isso.  
 Se a gente for falar em valor bruto desse aqui específico, a gente concorda que poderia passar  
 tranquilo. Mas a gente também precisa pensar para outros que virão e quais os critérios que a  
 gente vai usar para essas análises. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
**Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Aqui está, a  
 justificativa deles: “o aumento dos cargos e salários são decorrentes ao dissídio da categoria,  
 crescimento de carreira e seguindo na política de cargos e salários da instituição”. Eu penso  
 assim, duas questões. Acho que, bem como a colega trouxe, esse aqui não é um grande  
 salário, nós temos bem salários muito maiores. Mas, penso de que, aí eu falo não sobre o  
 instituto, mas de uma forma geral, a gente sempre tem que pensar de que, quando a instituição  
 ela apresenta um projeto e aí lá, daqui a 2 anos ela vai atualizar, seja por convenções, dissídio  
 ou por qualquer outra questão, vai atualizar qualquer item do seu projeto, ela vai deixar de  
 fazer algo. E esse deixar de fazer algo é o que a gente tem que cuidar, né? Então, talvez ela vá  
 estar a suprir menos alguma coisa, vai fazer algum serviço um pouco menor. Algumas  
 questões assim, isso eu penso que a gente tem que cuidar. E também, lógico que a gente vai  
 ter que fazer um percentual, talvez. E aí entra naquela resolução que a gente já falou milhares  
 de vezes aqui, sobre a questão de majoração, de inflação, que a gente já falou aqui bastante  
 sobre isso. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:**  
 É muito salutar a gente continuar com as pessoas que vão adquirindo conhecimento e se  
 aprimorando. Como que isso vai ficar claro nos projetos, essa reposição salarial que todos os  
 profissionais, pelo menos, acho que grande parte das empresas têm essa política de qualificar  
 os salários pelas perdas dos anos anteriores. O ICD alguns anos usa os critérios de Sindisaúde,  
 enfim, pelas categorias que trabalham lá dentro. E, pelo menos a cada 2 anos, eles fazem  
 reposições de perdas salariais. E eu acredito que os outros profissionais e outras instituições  
 também tenham isso. E é uma forma de manter a vinculação, que uma das nossas críticas das  
 parcerias hoje é que não se tem muita reposição, e as pessoas, na primeira oportunidade de ter  
 um salário que for R\$ 500 a mais, já se desligam e vão para outra instituição. E quem perde é  
 quem está prestando o serviço, ou melhor, quem está recebendo o serviço. Então, eu concordo  
 com a colega, de como que isso vai ficar definido enquanto conselho, nos próximos projetos,  
 mas que é relevante, eu entendo que é. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
**Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que

a gente pode fazer duas coisas. Uma, a gente vota sobre este caso, e a outra é fazer um encaminhamento para os demais casos. Ou então, até, vamos fazer já o encaminhamento para sair o mesmo encaminhamento para todos. Eu acho que o inverso ainda é melhor. Nós temos uma proposta de resolução sobre majoração. Deixa eu só procurar aqui. Eu acho que também a gente passar esse projeto com esses reajustes, tendo em vista que alguns eram salário mínimo. Então, quando vir alterações de corpo diretivo, de diretores, eu acho que daí é um outro, uma outra discussão, né? A gente tem visto nos projetos com altos salários e altos cargos, que a gente tem que ter essa crítica também. Mas, deixar de fazer nesse projeto por causa disso, porque são salários muito discrepantes. E aí, quando virem esses salários discrepantes, a gente vai ter que fazer a crítica e negar ou não. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Eu acho que não, acho que são análises diferentes. O que a gente tinha passado de uma proposta era de que acordos coletivos de trabalho daquela, isso entrou para a secretaria poder, e isso a própria procuradora já disse, quando é acordo coletivo daquela categoria, não há que se contactar com o conselho, né? Isso eles poderiam deliberar. A outra fala que eu entendo, e falei isso hoje pela manhã numa reunião, foi, no manual de prestação de contas, tendo em vista que já é um termo assinado, isso é do gestor da parceria, está lá no manual de prestação de contas, qualquer alteração de valores, remanejamentos, isso está lá. Então, também não teria, mas a gente, eu entendo que o conselho não pode lançar uma resolução assim: "ah, vai te dar 5% de reajuste, vai dar 10". Não, nós temos que ter uma ideia. Os contratos atuais hoje, a gente faz pelo IPCA. Bom, se é esse que a gente vai entender, é uma coisa. Mas eu vejo que, como são categorias de trabalhadores, tem que ser pela convenção. E e leva mais tempo. Daí, a gente tem que analisar, volta para a fila e aí leva um tempão. O que a gente quer evitar, na verdade, é agilizar os processos. A gente criando essas regras de análise, que a Secretaria já vai se embasar pelas nossas resoluções, nem volta para nós. Eles já vão se embasar nisso e vão seguir o processo. Então é nisso que a gente está preocupada. Porque nesse aqui, bacana, ele é tranquilo, mas ele é um caso e agora vai começar a vir um monte e pode vir outras, outros valores muito maiores, como a gente já viu na Santana que o salário da pessoa era maior que o salário do prefeito. Então, é muito complexo para a gente analisar esses valores assim. E isso acaba nos trancando. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas na comissão, ali de finanças, quando chegou para a gente, né, e hoje a gente falou um pouco disso na reunião, é que para acessar o serviço, tem que ter o diagnóstico da doença. E aí, como que está a cada ano? Para

228 acessar, tem que ter. Se não tem, não vai acessar. Então, não quer dizer que vai ter aquele  
229 número x que vai atender. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**  
230 **Assis – CPCA:** Mas também, eu vou dar um exemplo, mesma coisa nos abrigos. Hoje, nós  
231 temos uma meta de atender tantas crianças. Tu não diminui equipe de um mês para o outro,  
232 porque tu não sabe a previsibilidade que vai ter ou não. Tu tem que ter uma estrutura mínima  
233 para um funcionamento de tantas metas, que pode oscilar. Oxalá tenha sempre menos casos de  
234 câncer, mas pode ser que um mês venha. Como no acolhimento também. Agora, nós estamos  
235 lá na casa de entrada com o índice bem baixo, mas, de repente, semana que vem vem, eu não  
236 posso demitir três funcionários porque tem menos crianças agora e semana que vem vai vir  
237 outras crianças. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
238 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu já levei para a Procuradora, que nós já  
239 tínhamos conversado isso na Executiva, né, Frei? Aí eu levei para a Procuradora, no final da  
240 nossa última reunião, isso. E aí, esses dias, eu estava em outra reunião e eu sabia, mas, né, a  
241 gente acaba sabendo, mas não lendo, né? E aí, eu tive acesso ao decreto, que foi agora de  
242 março, março, né, desse ano, que altera ou que regulamenta, na verdade, a 13.019. E nesse  
243 decreto fala a questão de ter o recurso para rescisões, mesmo que posterior à assinatura do  
244 termo do contrato ou de tudo ali, né? Então, assim, isso não está no nosso manual, não está no  
245 nosso decreto. E eu acho que é algo novo e que a gente também tem que trazer para as nossas  
246 parcerias, inclusive para o Funcriança. A gente tem que começar a pensar nessas questões.  
247 Depois eu vou compartilhar o decreto, não é um decreto novo, só que eu não tinha, eu tinha  
248 lido, mas não tinha lido totalmente ele assim, com outro olhar. E aí eu acho que é interessante  
249 a gente ver isso. Com uma proposta, só pra gente ver assim, o texto, se ficaria bom. "Fica  
250 autorizada a majoração de despesas de pessoal aos termos firmados e em vigência entre as  
251 OSCs e o CMDCA com Criança, no limite acordado pela convenção coletiva de trabalho da  
252 categoria, devidamente encaminhada e inserida no processo do SEI dos referidos termos." Aí,  
253 aqui nós colocamos um limite de 25%. Eu não colocaria. "O recurso para essa finalidade será  
254 previsto na carta de captação, acrescido nas despesas de pessoal." Eu colocaria aqui que a  
255 instituição, ela tem que se manter a quantidade de atendimento e a qualidade de atendimento  
256 da mesma forma. Eu colocaria isso. Porque eu acho que a gente pode pegar diferentes tipos de  
257 projeto, com valores bem diferentes, mas o que para mim mais pesa, lógico que é o  
258 colaborador sendo bem remunerado, compatível, né, mas tu não se propõe lá que tu vai  
259 atender 10, depois lá tu não atende, tu atende oito, tu atende cinco, sabe? Então, para mim,  
260 isso é mais difícil de compreender, eu entendo e não compreendo. Então, eu colocaria ainda



essa questão. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É que é o seguinte, para mim, tu colocar manter a qualidade é um princípio ético. Para mim, todo trabalhador que está contratado, a qualidade é de responsabilidade da gestão. Eu não posso, como é que nós vamos medir, o Conselho, se vai estar mantendo qualidade ou não? Nós não temos como medir. É muito subjetivo. Isso é um compromisso ético e de responsabilidade da instituição na execução de qualquer política. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas a quantidade? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A quantidade, ali cada um coloca de acordo com as metas do projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Na reunião com a procuradora, eu já trouxe isso, na reunião com a procuradora, ela disse que não havia necessidade da resolução, porque era uma coisa lógica. Ela falou. Mas o próprio pessoal do Funcriança disse que, para a tranquilidade deles, eles gostariam de uma resolução do Conselho para que eles pudessem se pautar em uma resolução. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Tu lembra, Carol, que o procurador geral falou que a proposta, na nossa reunião, era que produzisse súmulas interpretativas? Esse é o caso, para mim, bem de uma súmula que oriente eles. Olha, diante de aumentos que não sejam discrepantes, que estejam de acordo com os pisos de categoria, que respondam aos dissídios de categorias que são estabelecidos por convenções. Colocar assim, que seja orientação. Essa oscilação. Agora, quando excede o valor ou, por exemplo, pode ser que tem uma instituição que tem 15% a mais do que o piso, que entende que quer valorizar o trabalho. Agora, uma coisa é ter o dobro ou três vezes mais, como tem salários em algumas áreas da saúde, que são bem específicos, que eu vi que eram os mais caros, normalmente quando o tempo que eu trabalhava nas finanças. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Nós temos uma reunião com a procuradora na segunda-feira. Não quero travar o processo, mas o que acham da gente levar este processo para a procuradora para, a partir disso aqui, ser criado uma súmula? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Pode ser. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Projeto Manutenção 2022, Projeto Manutenção 2022-2024. Está havendo uma comparação do 2022-2024 com o 2020-2022. Metas, valores, etc. E aí, disseram que a gente tinha que fazer essa análise, que caberia ao Conselho fazer uma análise se a OSC estava atendendo mais crianças, a mesma meta, enfim. Existe uma continuidade. Porque é uma atividade. Então, a lógica é que existe

294 uma continuidade nos serviços. Então, para a gente aprovar o projeto novo, a gente também  
 295 teria que fazer um comparativo com o antigo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural**  
 296 **São Francisco de Assis – CPCA:** Acontece muito o copia e cola e aí, enfim. O que eu acho  
 297 que, isso, a gente tem que ter certeza. Todos os processos do CMDCA com Criança, a  
 298 exceção da Parceiros, que é para fazer uma capacitação e encerra, daí daqui a pouco faz uma  
 299 outra capacitação, todos os outros são de continuidade. Eu acho que faz sentido, sim, a  
 300 Secretaria fazer a verificação anterior e a do futuro, até para comparar. É o mesmo território?  
 301 É um território maior? Vai atingir mais? Vai contemplar maiores especificidades? Vai agregar  
 302 exploração sexual? Vai agregar não sei o quê? Entendeu? Eu acho que faz sentido olhar. O  
 303 que não faz sentido, que eu acho que foi um pouco o que aconteceu hoje de manhã, pelo relato  
 304 dos colegas que estavam, é a questão do juízo de valor. É de entrar numa reunião e, daqui a  
 305 pouco, os apontamentos e as observações e as hipóteses serem juízos de valor contra o  
 306 atendimento do terceiro setor. Aí, para mim, é grave. Agora, se tu está entrando ali, bom, tu  
 307 tinha três psicólogos, tu está saindo da Lomba do Pinheiro, entrando na Leste e pegando a  
 308 Chácara da Fumaça, o Chico Mendes, porque a violência sexual e a violência contra mulheres,  
 309 mães de crianças do serviço de convivência está cada vez crescendo mais, eu vou precisar de  
 310 mais duas psicólogas e mais um terapeuta ocupacional. Está bem planejado, hein? Agora, tu  
 311 vir com apontamento de juízo de valor, para que tu quer? Aí não, né? **Carolina Aguirre da**  
 312 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
 313 **Presidente:** Eu entendi. Só que é assim, se a gente, nem vou entrar na questão que a Eliana  
 314 trouxe, de que tem menos ou mais crianças com o câncer, mas, eu vi outros processos, agora  
 315 não me lembro qual é a instituição, de que no primeiro processo, eles, o primeiro projeto, eles  
 316 tinham colocado que ia atender, digamos, 50 crianças. E aí, eles não atenderam as 50. Aí, no  
 317 segundo projeto, eles ou na segunda captação, não me lembro qual era ali, eles falaram que  
 318 iam atender outras 50. E aí, eles questionaram do porquê que tu está dizendo que vai atender  
 319 50 aqui, se lá tu atendeu 48. Digamos isso, sabe? Então, assim, eu compreendo, mas, ao  
 320 mesmo tempo, a discussão dessa que eu vi, é um processo, eles justificaram, tudo mais, um  
 321 momento disso, um momento daquilo ali, era bem justificado até. Mas veio para vocês, para  
 322 finanças, este processo, né? E aí eu não sei se era o Instituto do Câncer. Era bem isso, e eu  
 323 fico pensando, se a gente, talvez a gente teria que olhar, sim, o projeto anterior, sabe? Para  
 324 olhar a essa continuidade e para garantir que é uma continuidade. Porque, se a gente vincular  
 325 um projeto até o SEI um e outro, eu garanto que isso não é um projeto, isso é uma atividade.  
 326 Sabe? Então, como atividade, ele é continuado, ele tem uma folha continuada, ele garante até

sem força de depois uma rescisão, porque eu estou analisando um projeto, um outro que era de outro valor. Então, não sei se isso não seria interessante até. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** A gente pode rever procedimentos e fazer uma análise do que cabe ou não, mas hoje, da forma como a gente tem, até nos nossos manuais, se a gente for parar para olhar o que a gente fez de manual de cada uma das comissões, essa questão de analisar edições anteriores e não a carta anterior, mas edições anteriores do mesmo, da mesma atividade, às vezes não está nem vinculado ao SEI. Então, como que a comissão de políticas vai saber que teve, se ela não sabe nem qual SEI que era daquele processo, para fazer essa análise. Não é que a gente não fez uma análise com competência, mas é que, às vezes, a gente não conhece o sistema nos pormenores, a gente não tem todos os acessos, não conhece todos os documentos. Então, a gente pode, sim, rever os nossos processos e também fazer capacitações para estar alinhado com, né, os procedimentos novos, enfim. Mas não ser cobrado como incompetente de uma coisa que a gente não tinha, que era uma coisa do passado, que era diferente. E outra coisa, vamos só falar a verdade, nós, na execução, eu posso ter dois projetos, dois termos. Um projeto que eu escrevi dois anos atrás, e na execução, eu me dou conta de muitas coisas que eu não havia previsto antes. Se tu faz um trabalho sério, o nível de complexidade no atendimento das crianças, eu hoje me dou conta, por exemplo, serviço de convivência tem tantas necessidades, tanto que a FASC nem aprovou o termo de referência novo porque não tinha recurso financeiro para poder fazer a adequação para novas SUAS. Quantos projetos que são executados, tu faz uma, primeiro, às vezes tu não capta o que tu previu. Segundo, tu faz e tu vê quantas coisas deveriam ter e não têm. Tu vai escrever o outro, vai ser diferente. Não dá para dizer comparar. Tem que se perceber, por isso que é importante uma visita na instituição. Eu sei que talvez não tem perna. Eu lembro, mais uma vez, o que o prefeito falou, "se é falta de recurso humano". Hoje, eu vou te dizer uma coisa, eu me incomodo demais, nós do Conselho, ter um orçamento que é o dobro que municípios pequenos, nós estamos hoje com 67 milhões, 33 milhões livres, e nós não, com tanto problema na cidade, o dinheiro está parado. Não é culpa, duvido da equipe que está aqui dentro. Precisaria mais gente. Hoje, quantas, quantos funcionários para fazer gestão tem um valor tão grande e na responsabilidade. Eu sei que o trabalhador que está aqui dentro, ele tem que se preservar no sentido de que ele vai responder se deixou ou não organizou bem. Então tem que ter, e o prefeito falou na reunião quando estava com a Santa Casa e com o Banco de Alimentos, cidades grandes, eu lembro que o Léo Voigt ali estava lá e disse: "fale das pequenas". Eu falei: "tem que ter mais gente, porque eu acho que o nível de responsabilidade é grande, é um

360 orçamento grande". Eu estava essa semana, estava, me visitou o irmão prefeito de Putinga,  
 361 cidade pequenininha, o orçamento dele é de 30 milhões, é menos da metade do que o fundo. E  
 362 com a equipe que a prefeitura tem para fazer a gestão. Nós aqui, uma equipe pequena no  
 363 fundo, e vale para o idoso, nós temos o orçamento do Funcriança e do idoso um absurdo e  
 364 hoje nós só estamos escutando queixa, não avançando. Cada plenária, Carol, a gente tem uma  
 365 pendência, que não dá conta das coisas. Até fico nervoso, vou comer mais uma bolacha.  
 366 **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** O CMDCA foi pioneiro. Tem dez  
 367 conselheiros que já participaram juntos, que a gente já cansou de ir para Brasília, para São  
 368 Paulo. Está o Frei, está o Carlos, está quem mais aqui? A Dalva já foi, o Paulinho já foi, que a  
 369 gente foi para defender o que é uma captação de recursos. E hoje de manhã, eu me senti tão  
 370 incomodada com isso, porque parece que tudo o que a gente fez não valeu de nada no  
 371 momento que a gente está em uma burocracia. A Sônia, hoje de manhã, e pode constar em ata,  
 372 até falei no WhatsApp para ela: "Sônia, sou tua fã", porque a Sônia, enquanto governo, ela foi  
 373 inquirida hoje de manhã. Ela recebeu assédio. Tanto que, em algum momento, disseram  
 374 assim: "Sônia, tu és do governo do Estado". Só que ela, eu não acho que foi legalista, não,  
 375 Sônia. Tu és pelo justo, pelo correto, pelo que tu estás ali na íntegra. E tu pensas, tu tens um  
 376 olhar do que é das entidades que estão lá pedindo, não é pedindo, solicitando uma coisa que é  
 377 de direito, porque a gente criou, implementou essa captação de recursos. E daí eu fico me  
 378 perguntando, Carol, eu já falei e vou falar novamente, será que somos nós, enquanto conselho,  
 379 que estamos perdidos ou será que é o gestor municipal que tem que fazer realmente uma  
 380 organização desse fluxo e processo junto com a procuradoria, junto com o Ministério Público?  
 381 Porque, mas ao mesmo tempo a gente não pode ficar tutelado. Quando o Carlos falou da  
 382 questão do tutelado, eu me lembrei do tutelado, porque se a gente segue algumas coisas, a  
 383 gente perde a nossa autonomia enquanto conselho. Isso me incomodou hoje de manhã. Não  
 384 sei se causou para as outras colegas, mas a mim, profundamente. Só que não adianta dizer  
 385 naquela reunião junto com a Angélica e junto com o Wesley. A gente tem que falar é nós,  
 386 enquanto conselho, porque a gente está fazendo a nossa parte. A gente está, inclusive,  
 387 deixando muitas vezes de criar política, que é uma questão que o Frei traz bastante, o Carlos,  
 388 de criar política pública, porque a gente está acabando se engessando dentro de processos que,  
 389 já no momento que a gente aprovou, já passou da nossa alçada de responsabilidade. E eu não  
 390 vejo por que querem colocar no nosso colo novamente. Eu não sei se está faltando  
 391 experiência, se está faltando vontade, se está faltando bom senso, eu não sei o que está  
 392 faltando, mas é a minha sensação enquanto conselheira. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**

393 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
 394 **CMDCA:** Só colocar assim, foi falado hoje até na executiva, acho que foi a Priscila que  
 395 trouxe, de que eu tinha acordado com a procuradora, em uma das nossas reuniões, que todos  
 396 os processos que tivessem alguma questão voltariam para o CMDCA. Sim, eu acordei isso,  
 397 mas eu tinha entendido que somente teriam problemas no projeto ou na solicitação do plano  
 398 na primeira parcela, e não a cada plano. Porque eu entendo que tu corrigiu uma vez, tu já está.  
 399 Mas, pensando por um outro momento, por outro lado, eu também acho que é interessante a  
 400 gente ter este olhar, enquanto conselho, do que está travando. Sabem? Ah, não, está travando,  
 401 na verdade, é a questão do salário do colaborador que ampliou não sei o quê. Isso volta para  
 402 nós, a gente conversa, a gente discute. Ah, não, está travando, na verdade, é não sei o quê, tem  
 403 outras questões ali. Então, assim, o que está travando? O que está acontecendo? Porque  
 404 muitas vezes a gente tem reclamação das instituições, e aí o Frei e quem já foi presidente e  
 405 vice aqui principalmente sabe, que é diário as reclamações, diário, e é de todos os tipos de  
 406 questões, em todos os eixos do compreendo. E aí a gente tem que saber o que está  
 407 acontecendo. A gente não tem noção do que está acontecendo se não volta para cá para nós.  
 408 Então assim, eu sei que aumenta o nosso serviço, eu entendo isso. Sei que a gente se remota  
 409 daquela questão: “mas já passou por aqui, por que voltou?”. Eu entendo isso. **Luciane**  
 410 **Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Carol, não é que aumente o nosso serviço, não é  
 411 isso. A questão toda é a falta de clareza do serviço que gera insegurança e questionar pessoas  
 412 que não são responsáveis do convênio. Porque no momento que a gente aprova, tem uma  
 413 impessoalidade. É assim, todos aqui ou são assistentes sociais, ou são psicólogos, ou são  
 414 advogados, então a gente sabe o que a gente está fazendo. Então, assim, por favor, o que foi  
 415 questionado hoje foi a própria questão de um projeto em si, como se a gente estivesse  
 416 avaliando e aprovando coisas que são inaceitáveis. Foi essa a interpretação. Entendeu? E daí  
 417 que eu disse, na fala que deveria ter falado, eu falei também, então a gente vai ter que voltar a  
 418 ser normativo de novo. A gente é deliberador e a gente, onde é que a gente vai ficar? Quer  
 419 dizer, a gente vai burocratizar no momento que a gente for normativo de novo. Porque daí a  
 420 gente vai escrever através de resoluções o que a gente quer, quais os fluxos. E eles vão ter que  
 421 descrever para nós, não é a gente escrever para eles. E quais os prazos que nós, enquanto  
 422 conselho, queremos. Eu acho que é isso, sabe? Porque hoje de manhã ficou na nossa conta,  
 423 porque coisas que são, eles colocaram como se a responsabilidade fosse somente nossa,  
 424 enquanto conselho. Não tem problema nenhum a gente rever planos de trabalho, sem  
 425 problema. Para nós, isso é de corrida, a gente faz isso com a mão, com o olho fechado. A

questão toda é a falta de clareza do fluxo operacional e querer trazer uma atribuição que não é nossa enquanto conselho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só entender, já passo para a Priscila. Só entender, qual foi a instituição que foi trazida hoje? A de SME? Tá. E era exatamente essa planilha. Tá. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Sim. Acho que o material que a gente trouxe aqui, né? De sempre ter essa questão de como o ordenador está interpretando, estamos sendo cobradas coisas, talvez, que não eram cobradas antes. E aí, ao final da reunião, a gente teve um pedido de desculpas também e aí acordamos, né? Qual foi o encaminhamento da final da reunião após a conversa? Foi que teremos novas conversas com a equipe, novas reuniões para a gente estar, para eles também passarem para a gente essas regras e a gente poder estar alinhado dessa forma de análise, para diminuir, né, essas tensões. Acho que a fala da Lu vem nesse sentido também, porque todo mundo está trabalhando para convergir para as instituições e para o atendimento das crianças e adolescentes, né? Então teremos novas reuniões para ter esse alinhamento e também teremos reunião entre políticas e finanças para nós estarmos afinados na análise de projetos e podermos fazer esses diálogos aí, embasados de uma forma mais tranquila. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu queria só fazer uma sugestão a título de encaminhamento, presidente. Todos nós aqui, em maior ou menor grau, somos agentes políticos, e a gente sabe que a coisa política funciona muito na base de diálogo e da construção coletiva. Nós, recentemente, enquanto CMDCA, entregamos para os candidatos à prefeitura de Porto Alegre, que participaram do evento lá na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, um conjunto de pautas que estabeleciam um compromisso dos candidatos perante a política das crianças e dos adolescentes aqui no município de Porto Alegre. Então eu queria, presidente, a título de sugestão, sugerir, até porque recentemente eu tive a oportunidade de assistir uma entrevista do prefeito Melo, recém-eleito, dizendo que ao longo da sua gestão, ele reouve alguns, algumas situações que ele, comprovadamente, sabe que ele vai ter que corrigir, como textualmente, referindo-se a FASC e a atuação da SMDS, por exemplo. Então, com certeza, devem vir aí uma série de construções, de organizações diferentes, e isso inclusive foi dito hoje, que provavelmente vão ser criadas estruturas novas dentro da prefeitura para fazer entregas mais qualificadas. Nesse sentido, então, presidente, de sim, se fazer essa construção a partir dessa narrativa da Lu, de tudo o que foi experimentado na manhã de hoje, e procurar sim o prefeito, não só para cobrar o conjunto de pautas, não mais como uma promessa, mas de que forma o senhor vai implementar aquilo que foi dito, até para dar a oportunidade para ele

459 pensar, por que não, dar um voto de confiança, de credibilidade, não temos por que duvidar  
460 disso, que ele possa vir a implementar estruturas que possam qualificar ainda mais a atuação  
461 do próprio conselho, respeitando isso que a Lu falava, do papel que desempenha um conselho,  
462 que é muito mais do que a construção de políticas, muito mais do que fiscalizar, é muito mais  
463 amplo, sabendo que, por trás do conselho, tem um conjunto de organizações que, se não  
464 fossem elas, o governo ou os governos, por si só, não dariam conta de todas as políticas que  
465 têm que ser necessariamente atendidas. Então, nesse sentido, de provocar uma reunião para  
466 quiçá apresentar essas ou revisar essas, esses compromissos, talvez mais qualificados a partir  
467 do já sabedor do projeto vencedor e das tendências políticas, por que não, para tentar construir  
468 um patronado mais efetivo. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de**  
469 **Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Pegando essa sugestão do  
470 Paulo, poderia ser diferente. Conversar com o prefeito nessa gestão que está encerrando, não  
471 foram poucas, né? Foram poucas em 2021 e 2024. Mas uma coisa que eu acho que a gente não  
472 fez, acho não, tenho certeza que a gente não fez, é pedir uma reunião com o prefeito com os  
473 secretários que têm cadeira aqui. Eu acho que nessa reunião tem que estar o Fonteneli, o  
474 Ritter, o Marato, o Brasil, o Maurício. Cada um dos secretários que têm conselheiros aqui,  
475 nós, conselheiros governamentais, estar junto nessa reunião para a gente poder apresentar para  
476 o prefeito, para os sete secretários, né? A gente apresentar assim: “Olha, a nossa capacidade  
477 de entrada de dinheiro no Fundo Criança é 200 milhões ano. Está entrando 30, 60 e talvez  
478 caia”. Nós estamos tendo negativas aí de receber dinheiro da turma do banco, de outros  
479 bancos, e isso vai significar redução de entrada. Quando reduz a entrada de recurso nos  
480 fundos, reduz a receita de investimento do terceiro setor, aumenta a responsabilidade do caixa  
481 do tesouro. Para mim, é esse diálogo que tem que acontecer. Essas são as designações que os  
482 gestores compreendem. O Ritter vai entender *ipsis litteris*. Ele vai saber que se não tem  
483 prevenção na situação de rua, vai virar exploração sexual. Se cair no CRAS, o custo é muito  
484 mais alto. Se não tiver na Kinder, no ICD, no Câncer Infantil, no Jesus de Praga, vai estar  
485 aonde? No HPS, no Fêmina, no São Lucas da PUCRS, na Santa Casa? Não, não vai estar em  
486 nenhum desses. Então, se não tem essas instituições atendendo mensalmente, atende aonde? É  
487 esse debate que tem que ser feito. E a questão essa do RH do prédio, eu me lembro de duas  
488 audiências, pelo menos, que o prefeito perguntou: “Falta RH?”. Disseram que não. Me lembro  
489 uma vez do Bote dizer: “não, não precisa enfolhar o prédio”. Quase que eu ia morrer. É.  
490 Lembra, né? Claro! Eu não sou sua louca. Então, aí volta aquilo que apareceu aqui na reunião  
491 aqui, né? E é a questão de gestão. Lá na minha secretaria, por exemplo, assim, ó, tem mesas

que só tem computador. Os colegas não estão lá. Estão no home office permanentemente. E ninguém pode desligar os terminais, porque permanentemente eles têm que estar atualizando tudo das 16 prefeituras de toda a cidade. Então não precisa estar no prédio, mas tem que saber fazer gestão. Então, esse é o debate que para mim deveria ser feito, né? Se nós podemos buscar 200 milhões, por que não buscamos? Só que mensalmente o recurso tem que sair. O pessoal do Itaú sempre pergunta para a cidade que ele vai botar grana: "Quantos dias demora para sair o dinheiro para entrar no território?". Aqui eles não botam mais. Aqui eles não botam mais. Então é isso que a gente tem que avaliar. É receita, despesa, desençaixe financeiro e investimento na proteção à infância. Ponto. Como é que faz para fazer essa conta aí funcionar? E o resto é firula. É firula. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não, mais para complementar, tipo, 90% dessas informações a gente já discutiu lá no gabinete. Já, da quantidade, de tudo. E continua a mesma coisa. Ou seja, é igual quando tivemos a primeira reunião lá no Fórum, a sociedade civil com os conselheiros daqui, da sociedade civil. A gente foi ver como é que está sendo o fluxo. O Fórum nos convidou, aí fomos. O que é que trouxeram algumas OSCs, tanto as grandes, as médias? Aí para descobrir onde é que está as trancas, as barreiras, porque nós deliberamos. Aí, um dia anterior, parece que dois dias antes daquela reunião, acho que foi uma que a primeira a Carol foi, na segunda eu fui. Na segunda, eles tiveram uma reunião antes, as organizações que captam aqui com a gerência do fundo aqui, com a equipe deles. Aí dizia: "a culpa é do CMDCA, que deliberou". "Ah, é culpa do CMDCA, dos conselheiros". Aí eu falei para eles, para as organizações: "Espera aí, quais são as atribuições do CMDCA? Nós estamos ali para deliberar. O recurso está ali, vocês enviaram o projeto de vocês, analisamos e vimos que era viável e aprovamos todos". E passou da nossa porteira, que foi para o outro terreno. Onde é que está trancando? Quem é que notifica vocês? Quem é que chama vocês? "Ah, mas ela falou isso, que era o CMDCA que...". Eu disse: "Então, vocês têm que ouvir mais o CMDCA, procurar mais, porque nós deliberamos toda semana vários projetos, mas só que o recurso não chega até vocês". Aí é quem? É o CMDCA, os conselheiros, tanto governamental quanto a sociedade civil? Não, quem recebe a ligação? Eu disse: "a tranca não está aqui, no CMDCA". É da porta para lá. Essa questão aí do RH aqui vocês já falaram, o prefeito falou claramente, tá registrado no YouTube, lá na a plenária do Fórum, né? Se é preciso de RH, liberou. O Vautimar, não, tá tudo OK, não sei o quê, precisa. Aí já o Brasil depois, que eu acho que fui eu e a Carol ali, falou: "Ah, não, a gente já qualificou, veio mais dois para cá, mais um para lá". E o no mesmo. Não, aqui foi o lugar que a gente mais botou gente aqui.



525 Trouxemos gente, não sei da FASC, trouxemos gente, não sei de quem. E continua a mesma  
 526 coisa, o Brasil falou na reunião, colocou gente ali na equipe. É de gestão. Aí dizendo: "Ah, é  
 527 porque eles são novos, não sei o quê, tem treinamento, tá em treinamento". Aí os caras no  
 528 treinamento aí ficam na mesma bagaça do que estava antes, né? Pegou o mesmo ritmo. Ah. E  
 529 vai, né? Vai estar lá na praia de Itapuã, na Bahia. Aí é muito. Aí é isso aí. **Francyne da Rosa,**  
 530 **CEMME:** Eu vou ter que falar, né? Acho que a fragmentação dos serviços, né? A gente tem  
 531 um problema aí de processo, mas também a gente tem essa fragmentação. E que a gente já  
 532 vem falando, que é um problema como um todo, é espaço, estrutura para trabalho,  
 533 comunicação e que eu sinto muita diferença do período que eu estive presente no conselho,  
 534 pro momento que eu estou agora, mesmo sendo informatizado, né? A questão da gente poder  
 535 se escutar, se falar, de ter esse espaço para discussões, muitas vezes, de uma forma mais  
 536 ampla. Então, isso emperra muito. Eu vou bater nessa tecla e vocês podem me achar chata,  
 537 né? Mas isso faz diferença sim, né? Então a gente tem contato, não tem como encontrar com  
 538 as pessoas às vezes, não tem uma referência. Daqui a pouquinho é um, daqui a pouquinho é  
 539 outro, é pessoas que entram e saem de setores, também, porque também não aguentam a  
 540 pressão, né? Então assim, acho que enquanto não se tiver uma estrutura e a gente conseguir  
 541 organizar, a gente vai parar sempre para estar discutindo e tentar minimizar. E que, na  
 542 verdade, a gente não tem que minimizar, a gente tem que acertar, ser mais assertivos. Então o  
 543 que eu tenho é esse sentimento. Hoje ainda comentei que eu tenho parei de reclamar, mas sei  
 544 que quando eu posso, eu procuro falar o quanto é importante o trabalho do CMDCA e de  
 545 todos nós enquanto conselheiros, que estamos dispostos, né, a estar em luta pelo direito da  
 546 criança e adolescente, mas que é isso, muitas vezes a gente é visto como incompetente sem  
 547 mesmo ter condições desse trabalho. É, é isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
 548 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
 549 **CMDCA:** Ah, eu acredito assim, ah, que sim, a gente tem que fazer uma reunião com a  
 550 prefeitura, e bem interessante a proposta que o Carlos fez, acho que dá para a gente casar com  
 551 a que o Paulo também fez, que não deixa de ser as reivindicações que a gente está fazendo já  
 552 há algum tempo. Sim, é também questão de estrutura e a estrutura aí, quando eu falo também,  
 553 não é só a nós, conselheiros, para nós, né? Mas também é para o servidor, né? Que vamos  
 554 pensar também, o servidor que vem aqui, não tem uma internet, aí daqui a pouquinho, outro  
 555 dia não tem uma água. Não é água de tomar, é água de banheiro. Tá? Aí, então assim, meu  
 556 Deus, é condições mínimas para poder trabalhar e não só trabalhar, sabe? Aí a pessoa faz o  
 557 serviço talvez de três ou quatro. Ah, mas é lá na outra secretaria, como o Carlos às vezes

assim: "Ah, na outra secretaria fazia mais, menos". Não sei, eu acho que a gente tem que pensar, e aí eu penso muito, de que a gente não pode, muitas vezes, fragmentar o que é conselho, o que é FUNCRIANÇA. Para mim, conselho, Fundo Criança é uma coisa só. Ah, mas FUNCRIANÇA está sob as asas da SMDS. Para mim, continua do CMDCA. E aí, quando as instituições falam: "Ah, porque o CMDCA não pagou". Não é o Fundo Criança que não pagou, é o CMDCA que não pagou. Sabe? "Ah, mas o CMDCA não é o edital". Não é a a Rochele ou a, é o meu telefone que toca e acham que eu tenho o livre arbítrio de pagar todo mundo, né? Eu tenho poder, né? Lógico. Então, é mais do que isso. E eu penso sempre de que a gente tem que trabalhar em conjunto. Se é para fazer reunião, vamos fazer. Se é para conhecer as instituições, vamos conhecer. Se é para sentar e fazer dez mil fluxos, vamos fazer, sabe? Mas a gente tem que construir. Não dá para a gente permanecer dessa forma, não dá para a gente voltar para trás, não, eu acho que tem que melhorar, sabe? Assim, hã, hã, nós tivemos a capacitação lá com o Dr. Pons, eu falei isso na semana passada, ele trouxe, na capacitação, sobre os conselheiros tutelares, em que antes era nada, não se tinha nenhuma estrutura de nada. Eram os conselheiros por si só dentro de Porto Alegre. E o conselho dos direitos é a mesma coisa. E aí me corrijam os presidentes anteriores, nós fomos o primeiro conselho, não fomos? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Fomos, né? O primeiro, né? Então nós somos o primeiro no Brasil. Lógico, lógico que nós estamos já há quase, nem sei, cinco anos nessa função, vou dizer assim, né? Mas ainda temos muito o que melhorar, temos muito o que fazer, porque infelizmente não, eu não quero dizer que não vá acabar, mas infelizmente os problemas, às vezes, só mudam de nome, né? Então, hã, hã, só muda a criança às vezes, só muda de idade. E aí lá adiante, ela está indo com outro serviço, com outro problema, e aí a gente está sempre correndo atrás. E eu acho que a gente sempre tem que pensar mais em política pública, como diz o Frei, para a gente trabalhar no todo. Como que a gente vai trabalhar o todo? E não muitas vezes, como diz, a gente fala, né, muito do nosso umbiguinho, né? Às vezes a gente fica muito com o nosso umbiguinho. Eu acho que a responsabilidade e a competência tem que ser de todos nós. Hã, quando o Paulinho dá da porta para fora e da porta para dentro, é de todos, tá? E eu acho que isso a gente, lamento pela situação de hoje, mas eu acho que a gente vai ter que sentar mais vezes e avançar, tá? Alguma coisa nisso? Tranquilo? Mais ou menos. Então bora. Mais algum, Priscila? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Não, era isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Algum

outro assunto além de comunicações já foi, né? Então tá. Eu tenho aqui. Hã, nós temos que aprovar uma resolução das instituições. Deixa eu pegar o nome das instituições. Eu só vou ter que me desculpar, mas eu tenho que sair às 4, porque eu tenho uma defesa lá de uma residente que eu estou orientando, vai começar às 4:30, tá? Eu fui a residente e não fui eu que escolhi. Mas eu quero dar retorno sobre aquela minha incumbência de fazer uma aproximação da FASC, né, com o Presidente Vargas, que eu reiterei lá no nosso encontro. Então eu consegui uma agenda com as meninas, consegui não, marquei e elas aceitaram superbem, com o pessoal do, principalmente o Serviço Social lá, que é quem faz os encaminhamentos administrativos dos, principalmente dos RNs, dos bebezinhos. E eu sei que na ocasião nós tínhamos encaminhado que o CMDCA participaria. Então ficou para o dia 14, semana que vem, na quinta, às 14 horas, lá no Presidente Vargas, na sala 709, ah, 719. A Loiva já confirmou com a equipe da FASC. E aí eu só queria deixar aqui, né, a, 719, sétimo andar. Só queria então deixar o convite, eu especificamente para ti, né, Carol? Depois a gente traz retorno. Foram 138 bebês acolhidos no ano passado. Acho que é uma pauta importante da defesa da criança, né, dos direitos da criança, de todos os lados, né, tanto familiares quanto de proteção. E como a FASC colocou lá no evento também, que é uma um ponto nevrálgico deles, essa condição de acolhimento desses bebês, eu acho que a gente pode compor, né?

**Unindo. Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Também tenho que sair. Deixar três avisos. Três rapidinho. Sexta agora, às 9:15, lá no CRAI, a gente tem a reunião do comitê da escuta especializada, né? Continua acontecendo o trabalho, a criação dos grupos de cada secretaria, para a implementação da lei, a partir de um processo que consta aqui no CMDCA já. Segunda-feira, dia 11, às 14, na UFRGS, na sala da Laura Fonseca, a gente tem mais uma reunião da COMPECT. A COMPECT continua, então, se reunindo, trabalhando, estamos na fase de montagem ali do planejamento de 2025. E eu, a Carol Fraga, da ACM, a Luciane Escuto, do Murialdo, a gente vai ficar com a missão, então, do diagnóstico da criança e adolescente de Porto Alegre, que a gente olhou aquele processo sei, aquele projeto e avaliamos com a presidente, hoje, às 11 da manhã, na executiva, de que a gente pode trabalhar nos mesmos moldes do Prêmio Prefeito Amigo da Criança, da ABRINQ, no passado recente, e aí o CMDCA liderar este diagnóstico com os técnicos da prefeitura e mais o ObservaPOA e assim a gente vai conseguir achar essas informações totais de como está a área da criança e adolescente na cidade hoje, tá? Eu peço licença, que eu tenho compromisso.

**Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**

624 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá OK. Ah, então, nós precisamos então fazer esta  
625 resolução da 87. Ah, a proposta que foi feita pelo pessoal ali do Fundo Criança é que a gente  
626 possa já aprovar a transferência para a FASC, para que eles possam já fazer o empenho, tá?  
627 Porque tem uma data até o dia 22, se não me engano, de novembro, para fazer os empenhos  
628 dos 30% e aí já deixar correndo esses trâmites internos para não atrasar também, tá? Ah, então  
629 eu vou citar as instituições e aí depois na resolução vai o valor de cada instituição, tá? Depois  
630 a gente vê direitinho, olha o cada processo ali e aí coloca os valores. Então a gente vai colocar  
631 nesta resolução, a, aquelas três instituições também que estão com pendências financeiras, ah,  
632 porque se for sanado, eles também entram no valor, tá? Se não for sanado, aí a gente  
633 reconsidera e vê depois, tá? Então, ah, na resolução vai a instituição Acebergs, instituição Fé e  
634 Alegria, Amurtel, instituição PECIM. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**  
635 **Francisco de Assis – CPCA:** PECIM não tava fora semana passada porque ela não tinha  
636 parceria com a FASC? Não foi tratado aqui? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
637 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
638 **CMDCA:** Verdade, Frei, obrigada. Então a PECIM, ela não entra na lista. Nós vamos votar  
639 para fazer o pré-empenho, porque nós não temos uma resolução com os valores para serem  
640 transferidos os x valores para a FASC. Porque lá na 87, na 87 só habilita. Vai ser um valor de  
641 3 milhões e oitocentos. Porque lá no início, quando a gente começou a fazer os projetos, a  
642 gente colocou os 3 milhões. Depois lá na 79, saíram os valores dos 3 milhões. Aí ficou o valor  
643 individual. Porque lembra que a gente botou os 3 milhões no projeto-base? Na resolução da  
644 enchente, não precisou do projeto-base, porque o projeto-base era a partir das instituições.  
645 Todos solicitaram 250. A instituição Cem Mulher pediu 87 mil. **Frei Luciano Elias Bruxel,**  
646 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E a gente vai autorizar os valores  
647 pedidos? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
648 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim. Mas aí, para eu fazer o termo, aí  
649 eu preciso saber o valor. É só uma questão de burocracia básica. **Paulo Francisco da Silva,**  
650 **Pequena Casa da Criança – Vice-presidente do CMDCA:** Então, nós estamos aprovando  
651 com respaldo nosso. É só para segurança básica. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
652 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
653 **CMDCA:** Tá? E aí, então, vou de novo no nome das instituições, tá? Então, Acebergs, Fé e  
654 Alegria, Amurtel, Aldeias SOS, Cem Mulher, APIP, Pão dos Pobres, Bortolini, Trenzinho da

Alegria, Ação Social de Fé, Sepa Cedel e Clube de Mães Vila União. São essas as instituições.

**Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A gente, ah, ó, vamos só questionado na questionamento da Priscila. Ela questionou se as aldeias, mesmo sendo abrigo de adulto, vai receber, né? As aldeias, elas estavam naquela resolução de impeditivo financeiro. Cabe a nós decidir de que ou não, né, se eles vão receber. Hoje, até eu estava conversando com a Rochele, hã, eu nem entrei nessa questão, porque para mim eles vão ter que se acertar financeiramente primeiro. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** É que nós podemos aprovar para a infância, não para o adulto. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** É porque o meu questionamento foi porque naquela reunião com a FASC, elas trouxeram isso, né, que eram abrigo de famílias, daí entra adulto, que não tinha como exigir que fosse uma família com criança e que daí não, elas estavam questionando se entraria dentro da política que a gente está atendendo aqui, né? Então, só por isso que eu perguntei. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Agora, se tem criança, daí também, é difícil ser família, o foco é proteger a infância. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O projeto era? É porque vai ser um aditivo da parceria com a FASC, né? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Mas aí é que está, no período da enchente tinha atendimento de crianças. Tanto que eu tinha pedido até ajuda e o João tinha se prontificado a ir acolher lá nos Pão dos Pobres, que é as Aldeias, foi depois que eles entregaram. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A gente poderia então, quem sabe, não colocar as Aldeias e deixar as outras duas instituições somente com a questão de pendências. Mas cá entre nós, as outras duas instituições que eu fui ver, as três, agora lá em cima, né, as três instituições é quase impossível realmente de entrarem na, na questão do recurso. Eu acho que se a gente conseguir aprovar posteriormente, se precisar fazer uma resolução, que faça essa específica, vai fazer depois, mais adiante. Eu acho que é interessante. Sinceramente, porque senão a gente vai amarrar o processo. Não, e também eu acho que a gente vai ter que ver, as depois mais ou menos caso a caso, né? Porque aí a gente vai, até rever o plano e for, se for o caso isso e aquilo ali, né? Então não vamos colocar as três de pendência, OK? Então está, vou ler de novo. Então, lá vai Fé e Alegria, Amurtel, Sempre Mulher, APIP, Pão dos Pobres, Bortolini, Ação Social de Fé, Sepa Cedel, Clube de Mães Ilunião. Então ficou

688 uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, nove instituições. As que estão com  
 689 pendência nós vamos fazer um outro momento, se for o caso. OK? Quem poderia levantar a  
 690 mão para aprovar? Votação. Tá. Quantas abstenções? Duas. Duas abstenções, tá?  
 691 **APROVADO.** Eu coloquei junto o Clube de Mães da Vila União, mas ela me mandou no  
 692 WhatsApp agradecendo o recurso, mas ela recebeu uma parceria que vai, hã, sanar todas as  
 693 necessidades dela. Eu, hã, fiquei superfeliz, mas eu solicitei que ela enviasse por e-mail uma  
 694 justificativa para a gente poder tirar do sei, né? Então eu penso de que a gente faz a aprovação  
 695 normalmente, né, da resolução, do jeitinho, ela envia o ofício para baixar tudo do sei  
 696 direitinho, tá? Para ficar o processo redondinho, tá? Só para a gente deixar assim. Tá. Isso foi.  
 697 Hã, seminário amanhã do fundo, FUNCRIANÇA, seminário amanhã, eu vou estar no  
 698 seminário, tá? Nós estamos, nós, seminário do fundo, né, para fazendo o seminário por região.  
 699 Amanhã na minha região, Partenon. E então amanhã estarei lá bem bonitinha. Hã, seminário  
 700 de novembro. Seminário de novembro, estou trabalhando, hã, aí depois tem que deixar com o  
 701 Paulo o Carlos para também me ajudar no seminário, mas o seminário já está tudo definido,  
 702 praticamente. O, mandei para vocês os cards aí ontem, por favor, compartilhar, tá? Hã, no  
 703 primeiro momento nós vamos ter, agora? Nós primeiro momento nós vamos ter a fala da Ana  
 704 Paula Mota, Mota Costa. Aí, hã, é só para primeira infância? Não. É aberto. É. A gente fala  
 705 primeira infância. É. É, a gente fala primeira infância. Mas não quer dizer só para ser infância.  
 706 É. Todas as idades. Tanto é que um dos assuntos iniciais vai ser com a Mota Costa e ela vai  
 707 falar da juventude. Né? Então é bem, é uma continuação quase aí. Hã, favor compartilhar a  
 708 para a gente divulgar. Paulo, a gente tem que ver com a questão do CT, né, como é que vai  
 709 ser, se vai ser os dois dias, não vai ser os dois dias. Hã, eu estava falando para a Alice, que é  
 710 coordenadora dos CTs, hã, e ela estava vendo como fazer para que grande parte dos  
 711 conselheiros possam estar, né? Porque foi bem fraca a representação deles neste último agora,  
 712 né? E aí, então, a gente tem que ver isso. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
 713 **Criança – Vice-presidente do CMDCA:** É até, Presidente, se tu me permite uma  
 714 contribuição a respeito, eram 53 conselheiros, sendo 36 titulares e os demais eram suplentes.  
 715 E em relação aos titulares, eu acho que até foi significativo, porque de 36 titulares, de 50, que  
 716 estava bom. Tirando os que estavam no plantão. É, aí tem mais os plantonistas, mais o que  
 717 eventualmente precisavam sair para algum atendimento, como o Paulo. **Carolina Aguirre da**  
 718 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
 719 **Presidente do CMDCA:** É, mas a de olho assim, né, é que a gente grava os rosto, né? E aí de  
 720 olho, os que os que mais falam não estavam. E aí, hã, a gente grava essas pessoas assim. Hã,

mas aí então, de uma de qualquer, de igual forma, para a gente poder ver como que eles poderiam participar, acho que é interessante. E também pensando na questão de capacitação, né, é mais uma capacitação que é importante para todos nós. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** E a gente consegue, porque tem um QR code e não tem link. Não vim ali embaixo para aquela setinha para clicar. Embaixo só tem organização. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ah, tá, valeu. E outra questão daí, hã, sobre o seminário, hã, nós vamos ter no primeiro dia também, a, a gente estava conversando ali com a instituição da Sogipa, né? Hã, sobre a composição e de mesa ou não composição de mesa, né? Hã, eu acho que a gente poderia estar convidando os secretários, né? E Paulo ali, para a gente emitir um convite para os secretários, hã, principais, assim, acho que FASC, SMED, SMDS, né, assim, acho que esses principais. Hã, e aí a gente vê, hã, quem estaria representando no dia. Aí, hã, para a gente poder montar, hã, algumas falas no início. É mais a fala de abertura, né, para a gente poder iniciar os trabalhos. E, hã, não pedi mesa, mesa, eu pedi para a gente fazer umas poltronas, umas cadeiras, bem tranquilo, né? Porque senão também fica muito, né? É, e aí já a gente vai ficar ali dois dias lá, então tem que ser uma coisa mais light, né? E eles também vão oferecer, a instituição vai oferecer os quatro coffee break, tá? Eles falaram assim: "Ah, a gente vai colocar, acho que, café, alguns biscoitinhos e também sanduíche, não sei o quê". Falei: "Tá ótimo, né?". Não é para, não é para almoçar, é para dar um belá ali, né? E eu acho que vai ser muito válido a formação e contar com vocês lá, tá? Ah, outra, é, 27 e 28. O link também está no, no, a Carol colocou ali. Outra questão também, amanhã, lá nas Aldeias SOS, tem uma inauguração e aí eu queria ver se alguém poderia ir amanhã. Amanhã de manhã, às 9 horas, tem uma inauguração nas Aldeias SOS. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-presidente do CMDCA:** Sim, eu tinha pedido para a Rose, só que daí surgiu uma agenda de última hora para ela também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então vamos organizar depois e aí a gente joga no grupo. Ah, ah, me lembrei. Hã, o, o Frei, a procuradora tinha sugerido algumas coisas no projeto da aprendizagem profissional. Depois, se o senhor e a Rose puderem dar uma olhadinha, tá? Está no Drive lá. Está legal. E aí, hã, hoje a gente não pega nenhum projeto para você. Ah, então vamos começar a votação. Agora começa. Ah, começou! Não, vai ter que sair um chocolate. É sério. Eu vou ganhar um chocolate. Ah, olha só, a, sobre a Mitra. Tá? Hoje de manhã, nós da

754 executiva atendemos a Mitra. Ah, veio o Padre Francisco e a assistente social Shirley, tá?  
755 Hum, de toda a história, vocês já sabem que eu não vou ficar falando de novo, né? De toda a  
756 história, hã, eles estão em, como disse a Shirley, em litígio. Eles, hã, já estão atuando na sede  
757 em que é a Mitra, né, que era a Antonio Zanela. Antonio Zanela saiu dali e aí ficou a Mitra,  
758 tá? E aí, eles não são mais, a Mitra não é mais Antonio Zanela, é só Mitra. É o mesmo CNPJ  
759 que já era Mitra, tá? Hã, a mantenedora é a mesma CNPJ, exato. Então eles questionaram  
760 umas questões sobre as cartas de captação que tinham aqui. Eles questionaram, hã, uma carta  
761 de captação que estava vencendo agora também, que eles estão pedindo, hã, resgate. Hã,  
762 também a gente orientou para que eles pudessem atualizar a documentação aqui de diário,  
763 representação, e-mail, mais e aí todas as questões. Então, só para vocês saberem, hã, o que a  
764 gente trabalhou hoje pela manhã com a instituição. E eu acho que encaminhamos bem  
765 direitinho para a instituição se organizar e poder estar atendendo o serviço de convivência que  
766 eles já estão aditando lá, tá? Então eles vão estar atendendo o serviço de convivência e a  
767 instituição que o padre se orientou agora, atende as casas-lares, tá? E aí eles estão em litígio.  
768 Tá? E aí e algumas questões ainda a serem resolvidas. Tá? Amém. Alguma coisa mais? O  
769 objetivo é essas crianças continuarem sendo atendidas. O serviço que a Mitra é o serviço de  
770 convivência atende hoje, sim.

771 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos**  
772 **da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob**  
773 **o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**